

## OS EFEITOS DA PANDEMIA NO PROCESSO DA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS: ELEMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DOCENTE

Aline Fonseca Lopes Galindo<sup>1</sup>  
 Rebeca Talia Ximenes Parente<sup>2</sup>  
 Lenha Aparecida Silva Diógenes<sup>3</sup>  
 Josefa Jackline Rabelo (*Professora Orientadora*)<sup>4</sup>

### Resumo

Neste trabalho, levantamos o questionamento acerca do desenvolvimento de atividades com crianças do Ensino Fundamental dos anos iniciais, tendo em vista o seu processo de alfabetização o qual deve seguir sem interrupções e se encerrar no 2º ano. Compreende-se que a alfabetização é um processo complexo e requer a continuidade do aprendizado para que sejam respeitados os diferentes tempos de desenvolvimento das crianças. Isto posto, este trabalho tem como objetivo relatar a avaliação do processo de alfabetização das crianças do 2º ano do ciclo de alfabetização no ensino remoto no contexto da pandemia da Covid-19 em uma escola pública de Fortaleza, a partir da perspectiva docente. A metodologia utilizada foi baseada no delineamento de um estudo de caso, pois preserva um caráter unitário em um cenário particular. Como aporte de exame documental, utilizamos os documentos orientadores da Secretaria Municipal de Educação (SME) sobre a regulamentação das atividades durante a pandemia da Covid-19, bem como os documentos oficiais da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2019) e o Documento Curricular Referencial do Ceará (2019). Para entender e situar o processo de avaliação e alfabetização, foram utilizados os trabalhos de Albuquerque e Morais (2007) e Soares (2009). A partir desse referencial teórico e documental será relatado, através da perspectiva docente de uma escola pública de Fortaleza, o processo de avaliação com as crianças do 2º ano do ciclo de alfabetização durante o ensino remoto de 2020.

**Palavras-chaves:** Processo da alfabetização das crianças. Atividades remotas. Pandemia. Covid-19.

## THE EFFECTS OF PANDEMIC ON THE CHILDREN'S LITERACY PROCESS: CONTEXTUALIZATION ELEMENTS FROM THE TEACHING PERSPECTIVE

### Abstract

In this work, we raise the question about the development of activities with elementary school children in the early years, in view of their literacy process, which must continue without interruption and end in the 2nd year. It is understood that literacy is a complex process and requires continuity of learning in order to respect the different times of

<sup>1</sup>Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: anflgalindo@hotmail.com

<sup>2</sup>Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail:rximenesp@gmail.com

<sup>3</sup>Licenciada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Mestra e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC, na linha de pesquisa: Educação, Estética e Sociedade. Professora da rede pública estadual do Ceará – SEDUC/CE. Atualmente, desenvolve a pesquisa ESTÉTICA MARXISTA, HISTÓRIA E LITERATURA: existência e resistência do ser do trabalho. E-mail: lenhadiogenes@hotmail.com

<sup>4</sup>Professora Titular do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: jacklinerabelo@gmail.com

children's development. That said, this paper aims to report the evaluation of the literacy process of children in the 2nd year of the literacy cycle in remote education in the context of the Covid-19 pandemic in a public school in Fortaleza, from the teaching perspective. The methodology used was based on the design of a case study, as it preserves a unitary character in a particular scenario. As a contribution to the documentary examination, we used the guiding documents of the Municipal Department of Education (SME) on the regulation of activities during the Covid-19 pandemic, as well as the official documents of the National Common Curricular Base - BNCC (2019) and the Curricular Document Reference of Ceará (2019). To understand and situate the evaluation and literacy process, the works of Albuquerque and Morais (2007) and Soares (2009) were used. Based on this theoretical and documentary framework, it will be reported, through the teaching perspective of a public school in Fortaleza, the evaluation process with children of the 2nd year of the literacy cycle during the remote education of 2020.

**Keywords:** Children's literacy process. Remote activities. Pandemic. Covid-19.

### Introdução

O contexto social e sanitário do ano de 2020 apresentou diversos desafios aos mais diferenciados espaços, dentre eles ao campo educacional. A crise da saúde causada pelo vírus SARS-CoV-2, conhecido por infectar humanos e causar doenças respiratórias, inviabilizou o contato sociável dos indivíduos e instigou a demanda por afastamento social.

Com mais de dez milhões de pessoas infectadas e com o assustador número de mais de duzentas mil pessoas mortas, a crise sanitária, no Brasil, se alastra colapsando o Sistema Único de Saúde (SUS) e levando a população a condições miseráveis de sobrevivência. O enfrentamento à pandemia, aguardado por milhões de brasileiros que se viram impossibilitados de dar sequência às atividades cotidianas, não aconteceu e o governo Bolsonaro, apresentando uma postura omissa e irresponsável, desperdiçou dinheiro público investindo na ampliação da produção de cloroquina, medicamento impróprio para o tratamento da Covid-19, incentivou aglomerações, desrespeitou normas sanitárias e subestimou a gravidade da doença.

Os impactos econômicos da pandemia refletem, diretamente, na oferta de empregos com carteira assinada. De acordo com o Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), os meses de março, abril e maio do ano de 2020 apresentaram uma redução de 1 milhão e 487 mil empregos formais<sup>5</sup>. A precarização das relações de trabalho jogou milhões de brasileiros na extrema pobreza, reafirmando a

---

<sup>5</sup>Dados disponíveis em <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/empregador/caged>. Acesso em: 18/02/2021.

lógica obscurantista e negacionista de um governo de extrema direita, que ataca os serviços públicos, desarticula o Sistema Único de Saúde (SUS) e desacredita da ciência.

Diante desse contexto, governos municipais e estaduais estabeleceram medidas de emergência de saúde pública de importância internacional e decretaram o isolamento social. Com isto, todos os setores de indústria, economia e educação suspenderam as suas atividades. O Ministério da Educação, por sua vez, através da Portaria nº 544/2020, autorizou a substituição das aulas presenciais por meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia.

No Estado do Ceará, a Secretaria Municipal da Educação (SME) de Fortaleza emitiu diretrizes para as unidades escolares no sentido de orientar o planejamento, a regularização do calendário escolar e o funcionamento das atividades por meio digitais, no que se refere à avaliação, atividades propostas e registros dos Diários de classe.

Na escola pública, este desafio ganhou espaço para discussão dos diversos contextos sociais, econômicos e emocionais dos alunos, bem como dos professores. O desafio de dar continuidade ao trabalho, por meio digitais e com qualidade de ensino, se tornou palco para refletirmos sobre o planejamento destas atividades em todos os níveis de ensino.

Neste trabalho, levantamos o questionamento acerca do desenvolvimento dessas atividades com crianças do Ensino Fundamental dos anos iniciais, tendo em vista o seu processo de alfabetização, que deve seguir sem interrupções e se encerrar no 2º ano. Compreende-se, nesta linha de raciocínio, que a alfabetização é um processo complexo e requer a continuidade do aprendizado para que sejam respeitados os diferentes tempos de desenvolvimento das crianças.

Isto posto, este trabalho tem como objetivo relatar a avaliação do processo de alfabetização das crianças do 2º ano do ciclo de alfabetização<sup>6</sup> no ensino remoto em uma escola pública de Fortaleza, a partir da perspectiva docente.

A metodologia utilizada foi baseada no delineamento de um estudo de caso, pois preserva um caráter unitário em um cenário particular. Como aporte do exame documental, utilizamos os documentos orientadores da Secretaria Municipal de Educação (SME) sobre a regulamentação das atividades durante a pandemia da Covid-19, bem como os documentos oficiais da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2019) e o Documento Curricular Referencial do Ceará (2019). Para entender e situar o processo de

---

<sup>6</sup>Os ciclos de alfabetização foram criados entre 2004 e 2006, pelo Ministério da Educação (MEC), ampliando o Ensino Fundamental para nove anos

avaliação e alfabetização, foram utilizados os trabalhos de Albuquerque e Moraes (2007) e Soares (2009).

A organização desta pesquisa buscou, a *priori*, definir o contexto do ensino remoto e da educação. Adiante, será descrito a concepção de alfabetização utilizada neste trabalho e, posteriormente, a avaliação na alfabetização. A partir desses conceitos, será relatado através da perspectiva docente de uma escola pública de Fortaleza, o processo de avaliação com as crianças do 2º ano do ciclo de alfabetização durante o ensino remoto de 2020.

### **Metodologia**

Para fundamentar este estudo, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo com delineamento em estudo de caso (Gil, 2009), a partir da experiência de um docente da rede pública de Fortaleza atuante no 2º ano e 3º ano do Ensino Fundamental dos anos iniciais. Este trabalho surge dentro da disciplina obrigatória “Estágio nos anos iniciais do ensino Fundamental” do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará.

Nossa proposta didática apoia-se no tripé: professor-aluno-conteúdo. Esta base mantém-se intimamente relacionada com outros elementos de extrema importância: concepção de mundo, de aprendizagem e de homem, metodologia de ensino, planejamento, objetivos, recursos e avaliação.

Inicialmente, foi feita uma pesquisa bibliográfica na disciplina a partir dos autores que versam sobre alfabetização, bem como foram consultados os documentos oficiais do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação para melhor compreender as diretrizes das atividades do ensino remoto. Para aproximação da realidade, foram realizados questionários e entrevistas semiestruturadas com o professor da turma e como instrumento de articulação entre teoria e prática.

Estes instrumentos têm o objetivo de compreender a realidade no ensino remoto perante o período de alfabetização e assim traçar a descrição dos dados a partir da perspectiva social e econômica dos sujeitos da pesquisa. Desta forma, foi possível vincular as informações levando em consideração o trabalho do professor e a sua respectiva formação para modalidade do ensino remoto por meios digitais.

Nosso sujeito é professora da rede pública de Fortaleza, formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em 2007, possui pós-graduação em Psicopedagogia e realiza cursos de formação continuada pela prefeitura. Para o trabalho de ensino remoto, recebeu formações do governo e já possuía um conhecimento prévio

para manusear as tecnologias. Sua turma é formada por 29 crianças, sendo 2 crianças do público-alvo da educação especial, do 2º ano do ciclo de alfabetização.

A seguir, contextualizaremos o período da Covid-19 na educação e dissertaremos sobre nossa concepção de alfabetização e avaliação nesta etapa.

### **A pandemia e o contexto de precarização**

No Brasil, antes da pandemia, a conjuntura já apresentava um cenário difícil e uma correlação de forças amplamente desfavoráveis. Hoje, além da tragédia sanitária que vivenciamos, assistimos, estarecidos, a ausência de um plano concreto de vacinação, a falta de suporte ao pequeno negócio e aos pequenos empresários e o fim do auxílio emergencial, imprescindível para que seja realizada um isolamento social sério, medida necessária para conter o avanço da pandemia. Todas essas questões evidenciam os problemas encontrados na área da saúde, economia e educação.

Nesse sentido, importa retomarmos a compreensão da crise estrutural do capital, que, desde a década de 1970, atinge o conjunto da humanidade, operando profundas mudanças no mundo do trabalho. Nesse cenário de crise, o sistema formado pelo tripé capital, trabalho assalariado e Estado, busca opções para superar seus limites: a globalização, o neoliberalismo e a reestruturação do modelo de produção (ANTUNES, 2000).

A educação, assim como os demais complexos sociais, é profundamente afetada, sofrendo consequências danosas, cujos principais rebatimentos podem ser percebidos em um conjunto de reformas impostas pelos países ricos aos países periféricos, tais como treinamento de professores, revisão do material pedagógico, novas metodologias de trabalho, entre outros. Toda essa lógica imposta pelo capital tem sido incorporada nos documentos<sup>7</sup> de ordem mundial – a exemplo do Movimento de Educação para Todos<sup>8</sup> – que regem as políticas educacionais.

Nessa linha de raciocínio, vale mencionar que as primeiras séries do ensino fundamental têm sido, desde 1974, priorizadas pelo Banco Mundial (BM), porque este

---

<sup>7</sup>Fazemos referência às seguintes Conferências e Fóruns de Educação para Todos: Jomtiem (1990), Nova Delhi (1993), Dakar (2000), Cochabamba (2001), Tirja (2003) e à Quarta Reunião do Grupo de Alto Nível de Educação para Todos de Brasília (2004).

<sup>8</sup>Sobre o Movimento de Educação para Todos, recomendamos a leitura dos trabalhos de Mendes Segundo e Rabelo (2014).

organismo considera tal nível de ensino suficiente para a manutenção da hegemonia do sistema capitalista. O ensino fundamental se tornou prioridade, porque o verdadeiro objetivo do Banco é o alívio à pobreza, mediante a promoção de serviços sociais básicos para os pobres, como educação primária, saúde, planejamento familiar, entre outros.

Ao discorrer sobre o ensino primário, Leher (1998, p. 209) assevera que este nível passou a ser visto como “capaz de incrementar a produtividade do trabalhador, bem como a equidade social, com a vantagem de ser mais flexível e, portanto, de permitir futuras requalificações”.

Ancorado nessa perspectiva, o BM sustenta o argumento de que a educação é a principal fonte de desenvolvimento do mundo contemporâneo, sendo imprescindível ao homem saber ler, escrever e calcular, especialmente no mundo tecnológico.

Não é demais lembrar que a importância conferida ao ensino fundamental pelos organismos internacionais foca diretamente o desenvolvimento de políticas compensatórias no sentido de preservar a hegemonia do sistema capitalista. Ora, de acordo com a filosofia neoliberal, nada mais natural do que “domesticar” o povo com uma quantidade de saber mínimo que os insira numa sociedade globalizada, mas os impeça de compreender os elementos subjacentes a essa lógica. Por este prisma, a alfabetização teria valiosa importância, pois por meio desses saberes a humanidade poderia participar da cultura geral.

Considerando que o desenvolvimento e o bem-estar humano dependem mais do que nunca da acumulação, processamento e utilização de conhecimentos e que a educação básica é o principal veículo de comunicação da leitura, da escrita e do cálculo, de geração a geração, essa educação tornou-se um direito universal em todas as sociedades. As pessoas não podem integrar-se às instituições social e economicamente modernas, ao sistema mundial de informação e não podem desenvolver sua plena participação política e social sem saber ler, escrever e calcular. Atualmente, não se pode garantir os direitos humanos sem garantir também esse direito universal (CARNOY, 1992, p. 7).

Com a pandemia do novo coronavírus, foi necessário o fechamento das escolas, bem como muitas outras atividades denominadas não essenciais. Para as atividades escolares, passou-se a utilizar o termo ensino remoto como alternativa à educação a distância (EAD), considerando que esse tipo de ensino foi adotado, excepcionalmente, para o período em que as condições não permitiam o desenvolvimento das atividades presenciais.

As escolas se viram obrigadas a parar os trabalhos, mas sem poder de fato parar, pois a mesma lógica do sistema de metabolismo está instaurada nas escolas, deixando de

ser um ambiente responsável por desenvolver o conhecimento para a formação humana e passando a ser um ambiente onde o trabalho torna-se a atividade principal, compreendido como “[...] simples meio de produzir mercadorias e, especialmente, a mercadoria das mercadorias, que é o dinheiro” (TONET, 2006).

Diante disso, as aulas passaram a acontecer no formato digital e por essa razão muitos problemas foram encontrados, pois nem todos os alunos têm a mesma possibilidade de acesso à internet e às tecnologias, nem todos os responsáveis estão dispostos ou até mesmo capacitados a auxiliar no estudo domiciliar e nem todos os docentes estão aptos a mexer com as tecnologias. Contudo, ainda assim foi necessário dar continuidade ao ano letivo e muitos professores dão aula apenas pela plataforma *whatsapp*, outros pelo *youtube* ou *googlemet*, enfim foram tentado se adaptar. Com isso, as dificuldades que já existiam no ensino presencial foram agravadas após a pandemia, evidenciando os limites subjacentes à educação, à escola e ao trabalhador.

A seguir, iremos destacar a concepção de alfabetização deste trabalho.

### **Alfabetização e aprendizagem da criança**

Para iniciar a reflexão, iremos retomar o conceito de alfabetização segundo os documentos oficiais do governo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento responsável pela descrição de competências e habilidades por área de conhecimento, orienta que as atividades sejam desenvolvidas visando a inserção dos estudantes “[...] na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social” (BRASIL, 2019, p.13). O Documento Curricular Referencial do Ceará, documento oficial do estado, fundamentado na BNCC, define os pressupostos para os currículos das escolas, ressaltando a aquisição do sistema de escrita alfabética, o uso da leitura e escrita, e suas práticas sociais.

Na mesma perspectiva, os documentos oficiais do Estado do Ceará relativos à formação de professores fazem referências a essas orientações teóricas, que enfatizam o papel ativo do aluno no processo de aquisição da língua em detrimento da transmissão do conhecimento científico centrado na figura docente. Um fragmento do documento *Proposta Didática para Alfabetizar Letrando*, editado pela Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC) nos permite perceber isso:

Esse referencial é útil para conduzir, teoricamente, como “pano de fundo”, as ações didáticas do professor(a) porque nos diz que: os alunos são protagonistas

da sua aprendizagem; os alunos constroem hipóteses sobre leitura e escrita passando por diferentes níveis de construção e com erros construtivos; os alunos aprendem a ler lendo e a escrever escrevendo; os alunos aprendem dialogando na interação com os colegas e com os professores; o papel do professor (a) é fundamental como mediador, dando condições e propiciando desafios significativos para que o aluno aprenda (SEDUC, 2008).

Nestes documentos, ressalta-se o início da alfabetização desde o nascimento até a Educação Infantil, sendo tratado como um percurso de construção de habilidades e capacidades de análise e transcodificação linguística.

O sucesso da alfabetização das crianças é um processo que tem início logo nos primeiros momentos de contato da criança com a língua escrita. Para que esse processo obtenha sucesso, é necessário o envolvimento da comunidade escolar, dos pais e de todo o coletivo que esteja comprometido com o desafio de alfabetizar as crianças nos primeiros anos de escolaridade.

Para o ciclo de alfabetização, faz-se necessário uma proposta curricular que valorize a identidade dos grupos sociais, reconheça as diferenças entre os sujeitos e os valores culturais da comunidade, respeitando as singularidades.

Aqui, vale salientar, o papel do professor é fundamental, pois ele é o agente que exercerá o papel de mediador durante o processo de leitura e compreensão leitora. Nesta forma de sociabilidade, não é suficiente apenas aprender a ler e a escrever. A tarefa de ensinar a ler e a escrever aos filhos da classe trabalhadora é função primordial da escola pública, apesar dos muitos limites com que os profissionais que atuam nesse espaço se deparam. Um robusto referencial teórico que contemple o processo de humanização orienta na construção de práticas alfabetizadoras para além da mera troca de experiências.

Nesta perspectiva, o processo de leitura como prática social incorpora um conceito bem mais amplo: o Letramento, que é [...] o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2012, p. 18).

O fenômeno do letramento corresponde, dessa forma, ao indivíduo que passa a fazer uso da leitura e da escrita e se envolve em suas práticas sociais, sendo necessário, portanto, compreender o sistema de leitura e escrita e apropriar-se dele para expressar seus desejos, opiniões, argumentar e usar desse recurso para a sua inserção cultural. Debruçar-se sobre a alfabetização é incorporar o letramento.

Na verdade, [...] o ideal seria *alfabetizar letrando*, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo

se tornasse, ao mesmo tempo, *alfabetizado e letrado* (SOARES, 2012, p. 47, itálicos da autora).

A autora supracitada destaca que a pessoa letrada

[...] já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter outra condição social e cultural – não se trata propriamente de mudar de nível ou de classe social, cultural, mas de mudar seu *lugar social*, seu *modo de viver* na sociedade, sua inserção na cultura – sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente (SOARES, 2012, p. 37, grifos da autora).

Logo, ser letrado é um lugar social e modifica a sua percepção sobre o mundo. No contexto escolar, há a necessidade de fazer esses processos de forma simultânea para que os educandos tenham acesso a textos e a situações sociais de uso deles.

Por fim, resta-nos esclarecer que, alfabetizar e letrar fazem parte de um mesmo.

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco, porque no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional da escrita - a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita - o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2003, p. 12).

### **Avaliação na alfabetização**

A avaliação faz parte do processo educativo, junto ao trabalho do professor, com os seus objetivos e planejamento. A partir de uma avaliação traçada com os objetivos voltados para as aprendizagens a serem desenvolvidas, é possível elaborar novas propostas e analisar o processo do contexto inserido.

A sociedade brasileira, até a metade da década de 1990, desconhecia as dificuldades que os estudantes apresentavam em relação à compreensão leitora. Os sistemas nacionais<sup>9</sup> de avaliação em larga escala que informaram o baixo desempenho dos estudantes das redes municipais e estaduais permitiram ao Inep<sup>10</sup> realizar um diagnóstico

---

<sup>9</sup>Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 21/02/2021.

<sup>10</sup>O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja principal missão é subsidiar a formulação de políticas

da educação básica brasileira e dos fatores que interferiam na qualidade do ensino brasileiro. Os primeiros testes sobre a compreensão leitora foram realizadas pelo Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e ofereceram elementos para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais.

Desde 1990, quando foi aplicado pela primeira vez até o formato atual, o Saeb passou por várias estruturações e, a partir de 2019, a avaliação considera, além do ensino fundamental, a educação infantil e o ensino médio<sup>11</sup>.

A avaliação na alfabetização é necessária para se aproximar da realidade das crianças e para propor atividades de inclusão na turma, tendo em vista que o processo de alfabetização é complexo e em uma turma podemos nos deparar com diversas realidades de leitura e escrita. Portanto, avaliar na alfabetização é compreender suas facetas e a heterogeneidade desse sistema, pois as avaliações estão expostas a uma variedade de fatores que influenciam diretamente nos seus resultados.

Albuquerque e Morais (2007, p.127) ressaltam que as avaliações na alfabetização “[...] passaram por transformações ao longo do século passado, indo de modalidades que enfatizavam a mensuração e classificação, àquelas que priorizavam a construção de conhecimentos pelos alunos”, pois como um processo que está imerso em relações sociais, se modifica de acordo com a demanda e estudos que são realizados na área.

Pretendemos discutir neste trabalho a avaliação da alfabetização frente à realidade imposta do ensino remoto, tendo em vista o período de pandemia. Iremos destacar o paralelo de avaliação feito durante as aulas presenciais e o ensino remoto, tendo em vista as realidades diversas dos alunos e as especificidades das ferramentas online usada pela professora entrevistada.

### **A avaliação na pandemia**

A fim de conhecer mais sobre a realidade vivida em tempos de pandemia, foi feita uma entrevista e nela foram feitas perguntas relacionadas à prática do professor, ao desempenho e engajamento dos alunos no ensino remoto, ao planejamento e

---

educacionais dos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep>. Acesso em: 21/02/2021.

<sup>11</sup>As médias de desempenho dos estudantes, colhidas pelo Saeb e as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

desenvolvimento dos conteúdos e atividades, e ao processo avaliativo diante desse contexto.

No que tange à prática docente, alguns desafios foram relatados, o primeiro foi a dificuldade em relação ao acompanhamento diário com os alunos, pois dentro dessa turma existem diferenças na realidade e na disponibilidade das famílias, em que nem todos os alunos conseguem fazer as atividades todos os dias e até mesmo pelo tempo da própria professora. As aulas estão acontecendo pela plataforma do *Whatsapp*, no qual existe um grupo com os responsáveis e nele apenas as professoras falam, o contato dos pais com a professora se dá no privado.

Nesse contexto, as aulas acontecem dessa forma: no início da semana, a professora coloca as atividades da semana toda e durante os dias os responsáveis vão enviando fotos ou vídeos, nos quais os alunos estão resolvendo a atividade e, se tiver alguma dificuldade, a professora fica a disposição para fazer esse auxílio e tirar as dúvidas, fazer a orientação para os pais para que eles passem para as crianças.

Outro desafio é a falta de contato com duas famílias, uma não dá o retorno das atividades, apesar de dizer que o aluno está fazendo as atividades e a outra família não responde no grupo e nem no particular. Sendo um impedimento relatado pela professora, pois prejudica no conhecimento de como está o processo de aprendizagem, saber as dificuldades e dúvidas, além de distanciar muito a escola da família.

No que se refere aos alunos, foi questionado a situação deles quanto ao nível alfabético e se era possível notar alguma evolução no desenvolvimento. Segundo a professora, era algo bem difícil de se falar pelo fato de não ter um acompanhamento exato das crianças, mas relatou que existia uma tabela que informava o nível das crianças no início do ano. Essa tabela está dividida em: leitura, escrita de palavra, escrita do nome, escrita de frase e escrita de texto. Quanto à leitura, classifica-se em: pré-silábico (PS), silábico (SA), lê apenas letra (AL), lê palavras (LP), lê frases (LF), leitura de texto silabando (LTS) e leitura de texto com fluência (LTCF). No quesito escrita, classifica-se em: pré silábico (PS), silábico alfabético (SA), alfabético (A) e alfabético ortográfico (AO). Nesse contexto, a turma no começo do ano letivo apresentava a maioria dos alunos no nível alfabético, com 3 no nível pré silábico e 4 silábico alfabético.

Em relação às avaliações, antes da pandemia, eram feitas individualmente e aconteciam todos os meses e no período do segundo semestre eram de dois em dois meses. Para avaliar a escrita, era feito um ditado composto por quatro palavras para que o aluno escrevesse, uma figura para que escrevesse uma frase, e um texto, em que tinha uma

imagem, para desenvolver a história. Na avaliação da leitura havia textos, frases e palavras, sílabas e o alfabeto que seriam direcionados ao nível de cada criança. Já durante a pandemia, a avaliação está sendo feita pelos vídeos enviados pelos responsáveis.

Julgamos ser relevante lembrar que, além das dificuldades inerentes à prática pedagógica, é preciso considerar que a formação docente tem, ao longo dos anos, sofrido com a baixo investimento em formações que contemplem conteúdos teóricos, atividades práticas e metodológicas.

### **Os efeitos da pandemia na avaliação da alfabetização**

As problemáticas relacionadas à avaliação nesse formato remoto são: a distância, a falta de um contato mais direto, como por exemplo, as chamadas de vídeo, em que possibilita o aluno realizar uma escrita espontânea e a professora estar acompanhando esse momento. Outro empecilho é o fato de alguns alunos se recusarem a fazer as atividades, além de algumas famílias, como já citado antes, não darem o retorno das atividades, apesar da professora estar sempre em contato.

Diante desse contexto, nota-se um déficit no sistema avaliativo, pois a avaliação está para além de apenas qualificar ou quantificar os alunos, é um instrumento utilizado para acompanhar o processo de desenvolvimento e alguma possível dificuldade dos alunos, para que a partir disso novas metodologias e prática possam ser implementadas para sanar esse problema.

Existem formas mais significativas para avaliar alfabetização, o “famoso” teste de quatro palavras e uma frase e aos testes utilizados frequentemente pela prefeitura para avaliar o nível de alfabetização das escolas pode não abarcar a complexidade do sistema.

Com a chegada da pandemia essa problemática torna-se ainda mais evidente, pois nota-se que as escolas não estão preparadas para acompanhar o desenvolvimento desses alunos nesse formato remoto, além de ter outros agravantes também, como exemplo, a falta de disponibilidade dos responsáveis em mandar diariamente as atividades das crianças ou a dificuldade de acesso a tecnologia.

É necessário que seja dada mais atenção ao cenário educacional para que sejam analisadas as metodologias que estão sendo implementadas para avaliar as aprendizagens dos alunos, pois o objetivo inicial é fazer o acompanhamento e não para classificar. Importante também que seja dado mais suporte para as famílias nesse tempo de pandemia,

pois percebe-se que nem todos possuem a mesma condição de acesso e permanência nesse ensino remoto.

### **Considerações finais**

Por fim, importa lembrar que o *ensino remoto* foi colocado como única possibilidade de substituição ao funcionamento das escolas. Da mesma forma, é oportuno denunciar que essa alternativa traz em seu interior uma forma precarizada de trabalho e não cumpre o papel reservado à educação pública. Não podemos nos esquecer que a crise sanitária que ora vivenciamos poderia ter seus efeitos minimizados se a mesma tivesse tido uma condução séria. A situação de calamidade foi potencializada pela ofensiva do capital contra a classe trabalhadora. Enquanto partícipes da luta por dias mais humanos, devemos nos contrapor a esse projeto.

Para tanto, cabe aos professores empreender uma luta

[...]contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade [exclusão] por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes (SAVIANI, 2008, p. 25-26).

Constatamos que a leitura e a escrita são, em um mundo letrado, indispensáveis para a inclusão dos indivíduos na sociedade moderna. Por isso, para se conseguir uma robusta compreensão leitora, é necessário estratégias diversas, que devem ser trabalhadas desde a fase da alfabetização. A escola precisa, nesse sentido, reavaliar sua postura enquanto instituição responsável pelo ensino e aprendizagem, considerando a relação letramento/formação do indivíduo; formação e compromisso do educador na formação humana e utilização de atividades que explorem, criticamente, a leitura, a escrita e os aspectos da variação linguística e da oralidade.

A experiência de estágio no ensino fundamental, durante a pandemia, desencadeou aprendizagens significativas para nosso percurso acadêmico. Em um primeiro momento, entender as relações de trabalho no país auxiliou no processo didático para compreender o contexto de trabalho durante a pandemia. A partir das leituras, foi possível refletir as condições de planejamento na educação, tendo em vista uma realidade majoritária de precarização na área.

Assim, entendemos que a pandemia trouxe para discussão mais ampla as desigualdades encontradas nas relações sociais dentro da escola pública. Por sua vez, a resolução apresentada para volta das atividades escolares deixa em evidência as desigualdades de acesso à tecnologia e reflete nas famílias em que uns tiveram mais oportunidades de acesso do que outras, devido a sua condição financeira.

A educação das crianças, portanto, passa a ser alvo de precarização com o novo formato. A avaliação feita de forma *online* limita o trabalho do professor para planejamento de intervenção, bem como, as intervenções são feitas pela família, as quais nem sempre tem condições psicológicas para realizar as atividades.

O ensino remoto, na realidade pesquisada, na tentativa de suprir a falta das aulas presenciais exerceu seu papel para amenizar o impacto da pandemia na educação, mas explicitou a desigualdade e a falta de acesso.

É preciso colocar em relevo, no entanto, que

[...] o trabalho remoto é indissociável da contrarreforma trabalhista de 2017, e está associado às terceirizações, à pejetização, ao trabalho intermitente e outras modalidades de precarização selvagem do trabalho. O insulamento domiciliar quebra toda solidariedade de classe, e, mais amplamente, a sociabilidade dos espaços compartilhados de trabalho que engendra relações sociais com potencial humanizador (LEHER, 2021)<sup>12</sup>.

Nesse sentido, para além de uma análise superficial e carente de rigor científico, é necessário ampliar o debate de forma crítica e contextualizada, dimensionamento o papel da educação nesse contexto de pandemia; investigando as orientações dos organismos internacionais para a educação, em especial àquelas voltadas para a alfabetização de crianças.

No que concerne ao nosso papel, assinalamos com Tonet (2005, p. 5) que “[...] uma formação realmente integral supõe a humanidade constituída sob a forma de uma autêntica comunidade humana, e esta pressupõe, necessariamente, a supressão do capital”.

---

<sup>12</sup>Entrevista concedida à Revista Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Universidades-publicas-aulas-remotas-e-os-desafios-da-ameaca-neofascista-no-Brasil/54/47699>. Acesso em: 21/02/21021.

**REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. MORAIS, Artur Gomes de. Avaliação e Alfabetização. *In:* MARCURSCHI, Beth; SUASSUNA, Livia (org.) **Avaliação em Língua Portuguesa**: contribuição para prática pedagógica. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria N°356**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Portaria N° 544**. Brasília: Ministério da Educação, 2020.

CARNOY, Martin. **Razões para investir em educação básica**. Brasília: UNICEF/MEC, 1992.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). **Documento Curricular Referencial do Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), 2019.

CEARÁ, Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) **Proposta para alfabetizar letrando**. – Fortaleza: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), 2008.

LEHER, R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio à pobreza. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da USP.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, Magda. Letramento em texto didático: o que é letramento e alfabetização. *In:* **Letramento**: um tema de três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento em texto didático**. São Paulo: Contexto, 2003.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005 – 256 p. (Coleção fronteiras da educação).